



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Gestão.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AVALIAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Isabela Larissa da Silva Novaes¹

Resumo: O presente artigo traz o debate acerca das categorias de planejamento estratégico, monitoramento e avaliação de políticas públicas, exemplificando e problematizando os objetivos da avaliação por resultados adotada no município de Jaboatão dos Guararapes na política pública de Assistência Social, partindo da premissa que não há neutralidade em processos avaliativos.

Palavras-Chave: Planejamento; Monitoramento e Avaliação; Assistência Social.

Abstract: This article presents the debate about the categories of strategic planning, monitoring and evaluation of public policies, exemplifying and problematizing the objectives of the evaluation by results adopted in the municipality of Jaboatão dos Guararapes in the public policy of Social Assistance, starting from the premise that there is no neutrality in evaluation processes.

Keywords: Planning; Monitoring and Evaluation; Social assistance.

I. INTRODUÇÃO

A proposta de debater planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas na Política Nacional de Assistência Social adveio da experiência de trabalho no município do Jaboatão dos Guararapes, bem como pela inquietação causada pela proposta de avaliação de resultados estabelecida pelo Programa Juntos pelo Social. O Programa instituído pela gestão municipal pretende impulsionar a oferta dos serviços e benefícios ofertados aos usuários da Assistência Social, bem como ampliar o recurso proveniente da execução destes.

Boschetti (2009) reconhece que a avaliação de uma política social pressupõe inseri-la na totalidade e dinamicidade da realidade, assim, toda e qualquer avaliação de políticas sociais (ou de programas e projetos) deve se sobrepor à mera composição de técnicas e instrumentos, e se situar no âmbito da identificação da concepção de Estado e de política social que determina seu resultado (BOSCHETTI, 2009, p.3).

Para início de um processo avaliativo, se faz necessário e imprescindível seu planejamento de modo a analisar a conjuntura e o sistema organizacional, tal tarefa permitirá a definição das estratégias que possam direcionar os domínios de atuação proposta no processo de monitoramento e avaliação. A preparação prévia potencializa o reconhecimento de que as políticas sociais têm um papel imprescindível na consolidação do Estado democrático de direito mais que o conhecimento e domínio dos tipos e métodos de avaliação.

¹ Profissional de Serviço Social. Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. E-mail: <isabelals.novaes@gmail.com>.

Destaca-se que a atuação do programa apesar de possuir algumas definições simplistas e normativas que se restringem a burocracia da estrutura institucional, apresenta uma iniciativa ousada de mensurar resultados da assistência social no município mesmo não existindo referência de tal ação a nível estadual e nacional.

II. PLANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O reconhecimento da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado se efetivou após a promulgação da Constituição Federal, de 1988, quando passa a integrar o sistema de Seguridade Social, passando a ser atribuída a assistência social o caráter de universalização do acesso e de garantia de direitos sociais.

A implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) definiu a assistência como política de proteção social aos que estão em situação de risco ou vulnerabilidade, fazendo distinção entre Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e desconstruindo seu conceito enquanto clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais que nada tem a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade.

A política da assistência social consolida uma estratégia de direção única, com definição clara de papéis e responsabilidades a serem desempenhadas pelas esferas de governo e construídas junto à sociedade civil, através de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos. O reconhecimento da obrigação do Estado em garantir através do orçamento público o financiamento da Assistência Social, está explicitado na LOAS, Cap.V, Art.27, na PNAS/04, Item 3.1.4 e na NOB/SUAS-2005, Cap. 5.

Desde a promulgação da PNAS que é previsto enquanto eixo estruturante a instituição de um sistema de monitoramento e avaliação que paute uma construção coletiva e participativa nas três esferas de governo essencial para consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Brasil, 2005). Este eixo estruturante da PNAS é ratificado através da Norma de Operacionalização Básica do Suas (NOB/SUAS/ 2012), bem como da portaria n. 329, de outubro de 2006 que regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação das ações do SUAS no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome² instituindo instrumentos e periodicidade de monitoramento e avaliação das ações e recursos repassados aos municípios. O artigo 18 da portaria 329/2006 traz a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação enquanto órgão responsável pela coordenação da Política de Monitoramento e Avaliação do SUAS (Brasil, 2006).

Debater sobre monitoramento e avaliação implica necessariamente tratar de planejamento. Para (NOGUEIRA; MIOTO, 2006) o planejamento garante a possibilidade de

² Atualmente o Ministério foi renomeado para Ministério da Cidadania e a política pública da Assistência Social foi reorganizada em uma secretaria no âmbito do Ministério – Secretaria Nacional de Assistência Social.

um repensar contínuo sobre a eficiência, efetividade e eficácia do trabalho desenvolvido articulando as dimensões do fazer profissional, ou seja, as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Para a autora o planejamento implica uma dimensão política decorrente do fato de ser um processo contínuo de tomada de decisões inscritas em relações de poder, o que individualiza uma ação política de questões que se colocam no mundo social.

As autoras (NOGUEIRA; MIOTO, 2006) particularizam três abordagens básicas do planejamento, *o planejamento social em si*, como instrumento que orienta as mudanças sociais (apud BAPTISTA, 1979); *O planejamento como técnica estritamente ligada à ação profissional*, isto é, à orientação da ação: instrumento inerente à prática profissional e *o planejamento institucional*, como instrumento de gestão e gerência, o que mais se adequa ao modelo de monitoramento e avaliação proposto pelo Programa em debate neste artigo.

O Planejamento estratégico, em conformidade com (TEIXEIRA, 2009) apresenta-se enquanto uma forma contemporânea da planificação, envolvendo um forte conteúdo político e contrapondo-se ao planejamento tradicional na medida em que analisa as oportunidades relacionando com os fatores internos e externos que afetam os objetivos propostos.

Ainda para a autora a centralidade deste modelo de planejamento está na categoria da estratégia, pois agrega ao processo a noção de mobilização, de negociação, de movimento, de manejo de técnicas e de recursos, ou seja, de todos os meios táticos necessários evidenciando noções de combate e enfrentamento para a gestão pública.

Corroborando com a proposta de avaliação do Programa Juntos Pelo Social percebe-se que o planejamento estratégico situacional é o modelo que mais se adequa, uma vez que

“são um permanente fazer, uma permanente aprendizagem, um permanente cálculo, uma permanente explicação, um permanente desenho e uma ação persistente no dia a dia. É como uma espécie de espiral, onde os momentos se repetem incessantemente, mas mudando de conteúdo, contexto e lugar no tempo” (Matus Apud DIEESE, 2014, pág. 31).

É possível, em conformidade com (Matus Apud DIEESE, 2014), entender que nesta modalidade de planejamento ocorre um domínio passageiro de um momento sobre os demais ao longo do processo. Dessa forma existiria a etapa do momento explicativo o qual se assemelha ao diagnóstico tradicional buscando explicar a realidade de intervenção situacionalmente e responde a questões como: o que foi, o que é, e o que tende a ser; do momento normativo quando são formuladas soluções para o enfrentamento dos problemas identificados, priorizados e analisados no momento explicativo; do momento estratégico, esta etapa a viabilidade do plano é examinada e definem-se os momentos de ação perante os movimentos dos sujeitos envolvidos no mesmo; e do momento tático-operacional que é o

momento de execução do plano. Aqui devem ser definidos e implementados o modelo de gestão e os instrumentos para acompanhamento e avaliação do plano.

Os momentos delineados pelo autor permeiam o Programa Juntos pelo Social quando da sua forma de atuação estrategicamente definidas em três níveis, a estratégica, a tática e a operacional distinguindo-se pelas atividades, bem como pelos atores envolvidos em cada etapa.

III. AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS

A avaliação é processo antigo que tem suas raízes históricas no século XVII, porém é a partir de meados do século XX que a avaliação de políticas públicas vai tomar forma, principalmente nos Estados Unidos. Ela surge a partir das mudanças que passaram o Estado na sua estrutura política, econômica e social depois das grandes crises do início do século. (ANDRADE, 2005).

BARREIRA (2002), em suas reflexões informa-nos que os primeiros estudos avaliativos de programas sociais que se têm conhecimento, datam do século XVII com a revolução científica desencadeada na Europa, com a contribuição de estudiosos a exemplo de Bacon, Kepler, Galileu, Descartes, entre outros. Nos EUA, tais pesquisas propunham que os planos governamentais americanos, na área dos serviços públicos, fossem baseados em dados estatísticos coletados através de programas de avaliação.

No campo social, ainda de acordo com a autora, as primeiras tentativas de avaliação de serviços e programas foram realizadas na área da administração pública, ainda no mesmo século, desenvolvendo-se paulatinamente até chegar aos dias atuais. Visavam monitorar e melhorar a eficácia dos serviços oferecidos à população. Portanto, a pesquisa avaliativa cresceu na esteira do método científico como meio de aferir o modo de tratar problemas sociais.

Partindo para o contexto da avaliação de políticas sociais, evidencia-se que houve uma expansão a partir dos anos 60, nos Estados Unidos, no âmbito dos programas de combate à pobreza. A preocupação era a criação de modelos que permitissem dimensionar o grau de sucesso e de fracasso das instituições estatais na área social. Já no Brasil, esta expansão se deu a partir dos anos 1980 como exigência e controle da sociedade através de seus movimentos sociais que passaram a demandar políticas sociais universais.

A avaliação era necessária para evitar restrições na aplicação dos recursos econômicos e financeiros das despesas sociais, contribuiria na busca por soluções para aumentar a rentabilidade na aplicação dos recursos. Conforme ARRETCHE (2001),

É certo que qualquer forma de avaliação envolve necessariamente um julgamento, vale dizer, trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular, de analisá-la a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita). Neste sentido, não existe

possibilidade de que qualquer modalidade de avaliação ou análise de políticas públicas possa ser apenas instrumental, técnica ou neutra (ARRETCHE, 2001, p. 29).

Neste sentido, a avaliação contribui para o processo de democratização, ao publicizar os resultados obtidos além de auxiliar o debate democrático na medida em que clarifica as escolhas públicas, proporcionando à sociedade um maior controle do bem público. O enfoque contemporâneo é de que a avaliação é atribuição de mérito ou julgamento sobre o grau de eficiência, eficácia e efetividade de políticas e programas sociais.

Quanto aos tipos, os autores Cohen & Franco (1999) exemplificam a avaliação conforme o momento em que se realiza e seus objetivos, a saber: antes, durante e depois. Na avaliação ex-ante são antecipados aspectos a serem considerados no processo decisório para conferir racionalidade ao mesmo, ordenar projetos segundo a eficiência e até decidir se deve ou não ser implementado. Para tanto requer a análise da relação entre custo e benefício, e entre custo e efetividade. Na avaliação ex-post, que é realizada durante ou após a execução do projeto ou ação, o objetivo é buscar subsídios para fundamentar decisões qualitativas de manter ou introduzir modificações. Trata-se de avaliação de processo ou concomitante e avaliação terminal ou do depois que é a avaliação de impacto.

Assim a avaliação é então entendida como

[...] uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento” (AGUIAR & ANDER-EGG, 1994, p. 31-49).

Para DRAIBE (2001), a avaliação costuma ser realizada por meio de estudos específicos que procuram analisar aspectos como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade de programas e políticas, em conformidade com o que foi definido em seus objetivos. Seu objetivo é melhorar as atividades em andamento e dar subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras.

Ainda concernente ao conceito de avaliação, compreende-se de forma simplificada que essa corresponde ao conjunto de atividades organizadas e sistemáticas realizadas com o objetivo de identificar os avanços e os fracassos, os pontos fortes e fracos de uma ação, projeto ou programa social e, a partir desse conhecimento, tomar decisões quanto a reforçá-los, reestruturá-los ou, até mesmo, descontinuá-los.

Então a avaliação de políticas, programas e projetos sociais, enquanto método avaliativo vem indicar não apenas a importância da prática avaliativa como modo de julgar processos ou ações, mas traz a apreensão de que a avaliação é o aprimoramento das ações

desenvolvidas em uma determinada política. Revelando que a avaliação, além de se constituir em um instrumento técnico, também possui caráter político.

De acordo com Ozanira Silva (2001) a missão da avaliação no campo social seria realimentar ações buscando conferir resultados e impactos na alteração da qualidade de vida da população beneficiária, uma vez que para a autora é importante e necessária a participação da população no processo de decisão de políticas sociais, resgatando assim a dimensão política da avaliação.

Para CARVALHO (2003) a avaliação é parte constitutiva do processo da política pública, ou seja, ela não é unicamente a formulação e implementação de ações. A avaliação integra-se a esse processo como atividade permanente que acompanha todas as fases da política pública, desde a identificação do problema da política até a análise das mudanças sociais advindas da intervenção pública.

É comum encontrar na literatura especializada de avaliação referências a dimensões desejáveis de desempenho de organizações e programas avaliados, que se traduzirão por exigências de efetividade, de eficiência e de eficácia dos programas e projetos sociais.

No uso corrente, a efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos, é, como diria COHEN, E. & FRANCO, R. (p. 107, 1999) a “relação entre os resultados e o objetivo” (p. 107). A eficiência denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços, em que ainda para os autores mencionados, o seu conceito estaria “ligado à otimização e refere-se ao alcance dos resultados previstos no projeto com o menor custo possível em determinado tempo” (COHEN, E. & FRANCO, R. p. 104). A eficácia, por sua vez, remete a condições controladas e a resultados desejados de experimentos, critérios que não se aplicam automaticamente às características e realidade dos programas sociais, assim a eficácia seria “o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independentemente do tempo empregado.” (COHEN, E. & FRANCO, R. p. 102, 1999).

Os conceitos, tipologias e práticas avaliativas não se esgotam na realidade e complexidade das políticas, programas e projetos na área social, conforme poderá ser exemplificado com a experiência de Jaboatão dos Guararapes.

IV. EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JABOATÃO DOS GUARARAPES

O município do Jaboatão dos Guararapes, durante a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2018 a 2021, realizou o diagnóstico socioterritorial elencando no documento as situações de vulnerabilidade e risco dos usuários da política de assistência social, bem como os equipamentos, ações, programas e projetos existentes que

pudessem dar o suporte a demanda verificada. Neste contexto, a Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com a Secretaria Institucional de avaliação instituiu o programa *Juntos Pelo Social - Programa de Gestão por Resultados na Assistência Social em Jabotão Dos Guararapes*.

O programa tem como objetivo oferecer subsídio a Gestão Municipal para o direcionamento mais assertivos das ações, tendo como foco de atuação o desenvolvimento institucional, que resulte no estímulo ao sentimento de pertencimento e a apropriação dos direitos sociais por parte da população beneficiária, fortalecendo e ampliando as políticas públicas, a fim de proporcionar a participação cidadã, o protagonismo e a autonomia dos municípios no ambiente familiar e social, por meio do acompanhamento sistemático de indicadores de resultado e de processo.

Enquanto objetivo secundário o programa pretende avançar com a construção de indicadores sociais com base nos índices já monitorados no âmbito da União como o Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência de Assistência Social – IDCRAS, Índice de Gestão Descentralizada do Município - IGDM e Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, objetivando a melhoria nos serviços prestados à população e conseqüentemente o aumento no repasse do recurso.

É relevante mencionar que a Política Nacional de Assistência Social não possui indicadores a nível nacional ou estadual que direcionem uma avaliação acerca das ações ofertadas. No entanto os índices de gestão em conjunto com o Censo SUAS realizado de forma anual realizam o monitoramento mais no âmbito da infraestrutura do uso do recurso repassado e a implementação das propostas pactuadas.

Por se tratar de um Programa pioneiro na instituição de indicadores de avaliação e monitoramento dos serviços e benefícios ofertados pela Assistência Social, a amostragem utilizada focou em 06 equipamentos da Proteção Social Básica e utilizando apenas a dimensão de serviços e benefícios que compõem o IDCRAS. O índice é composto pelas dimensões serviços e benefícios, Recursos Humanos e Estrutura Física. Ressalta-se que as três dimensões impactam na nota (de 0 a 05) atribuída ao equipamento CRAS e conseqüentemente no repasse de recurso para execução das atividades.

Para a efetivação das ações do Programa Juntos pelo Social foram definidas estrategicamente reuniões em três níveis, **Estratégico** com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e a Secretaria Institucional de Avaliação; **Tático** envolvendo a Superintendência de Gestão do SUAS e a Gerência de Proteção Social Básica; **Operacional** a se realizar com as equipes dos CRAS selecionados na amostra.

Apesar de o programa falar em construção de indicadores de processo para o monitoramento dos serviços e benefícios ofertados pelos CRAS a coleta de dados será

através do Registro Mensal de Atividades – RMA, dado bruto informado pelo próprio equipamento.

A modalidade de Gestão por Resultados proposta pelo programa condensa informações pertinentes aos índices existentes de monitoramento dos equipamentos em âmbito nacional visando o melhoramento da nota atribuída a dimensão serviços e benefícios que compõe o IDCRAS. O programa, da forma como está idealizado, situa-se no limiar do modelo gerencial por resultados e entre a simples mensuração de resultados.

O contexto apresentado é ratificado através dos estudos de REIS (2001) em que a gestão de resultados é compreendida como um mecanismo de efetividade das políticas públicas que prescinde de um quadro de recursos humanos qualificados e capacitados, diagnósticos situacionais que considerem a vivência da conjuntura do momento, banco de dados e fontes reais, formas de controle e sistemas de informação, bem como o essencial ao processo as ferramentas e meios de garantir a participação dos envolvidos neste processo.

Ainda para a autora, a avaliação de resultados proposta deverá se utilizar de instrumentos adequados que não permitam a confusão entre resultados de pesquisa, interesses pessoais e formas de monitoramento, e avaliação de uma política pública e social, a fim de evitar os desafios apresentados na realização da avaliação por resultados a autora traz que é necessário no processo o

estabelecimento de mecanismos de coordenação, de controle e de avaliação, que favoreça o redimensionamento de ações a partir de um trabalho integrado, capaz de superar os entraves da burocracia, trabalhando-se com sistemas de monitoramento e avaliação dos indicadores de resultados. (REIS, 2001, pág. 12).

A adoção das ferramentas mencionadas pela autora, REIS (2001), possibilitaria a integração das três etapas de um projeto: planejamento, processo e resultados. De modo que cada parte poderia ser analisada e não apenas o final, resultados, como se propõe o programa em debate. No contexto apresentado, REIS (2001), afirma que

Esta abordagem também esclarece que a avaliação não se resume a mensurar resultados; a mensuração permite coletar dados que serão importantes para compor a avaliação, mas não a substitui. A avaliação do plano e conceitualização do projeto comporta a avaliação do estudo pesquisa, do diagnóstico e do plano e concepção do projeto. Projetos com propósito de intervenção social devem ser precedidos por um diagnóstico do problema a ser enfrentado, fruto, por sua vez, de um estudo-pesquisa. Este estudo deve ter estabelecido a natureza do problema, sua magnitude e características básicas, o contexto em que está inserido, assim como os recursos e meios operacionais que podem ser utilizados para solucionar a situação-problema. (REIS, 2001, pág. 15).

A reflexão da autora permite inferir que o modelo de gestão por resultados, ou gestão gerencial, visa dar efetividade as ações ofertadas aos cidadãos usuários das políticas públicas, promovendo a eficiência alcançando os resultados almejados, trazendo enquanto produto final o atendimento das reais necessidades dos usuários junto as políticas públicas,

quais sejam famílias atendidas/ acompanhadas, idosos atendidos, redução da pobreza e da extrema pobreza, entre outros (JANUZZI, 2005).

No sentido de promover a efetividade das ações propostas pelos CRAS no atendimento a população usuária desta modalidade de proteção social, o programa alcança o auge da proposta, contudo adquire fragilidade quando elenca os indicadores para mensurar e monitorar as atividades do serviço – Serviço de Atendimento Integral às Famílias e Indivíduos - PAIF/CRAS.

Dessa forma, foram traçados indicadores de Resultado e de processo na tentativa de monitorar os dados que atendessem aos objetivos do programa, conforme expostos abaixo.

INDICADORES DE RESULTADO PROPOSTO PELO PROGRAMA

MONITORAMENTO (CRAS) - ANUAL				
ITEM	INDICADOR	PERIODICIDADE	RESULTADO ESPERADO	FONTE
1	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO CRAS - IDCAS	ANUAL	ELEVAR O IDCAS DE 3,11 PARA 4, ATUANDO NA MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS OFERTADOS PELOS EQUIPAMENTOS DOS CRAS.	MINISTÉRIO DA CIDADANIA
2	ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL - IGDM	MENSAL	ELEVAR O IGDM MENSAL DE 0,73 PARA 1, ATUANDO NA MELHORIA DA GESTÃO DAS CONDICIONALIDADES. (SAÚDE)	MINISTÉRIO DA CIDADANIA
3	ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – IGDSUAS*	MENSAL	ELEVAR O ÍNDICE DE 0,79 PARA 1, ATUANDO NA MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS OFERTADOS PELOS EQUIPAMENTOS DOS CRAS.	MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Fonte: Elaboração própria com base nas apresentações do Programa Juntos Pelo Social.

Os indicadores de Resultado objetivam avaliar a eficácia e o cumprimento das metas especificadas que estão diretamente vinculados aos objetivos finais dos programas públicos. Enquanto exemplo JANUZZI 2005 traz a taxa de mortalidade infantil, cuja diminuição espera-se verificar com a implementação de um programa de saúde materno- infantil. A partir do exemplo é possível identificar que apenas o monitoramento do índice sem qualquer correlação com outros fatores que se vinculam diretamente a este não seria possível o alcance dos resultados esperados.

INDICADORES DE PROCESSO PROPOSTO PELO PROGRAMA

MONITORAMENTO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ÍNDICES				
ITEM	BLOCO	INDICADOR	OBJETIVO	
1	CADÚNICO	PERCENTUAL DE COBERTURA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR EQUIPAMENTO	ANALISAR O PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)/EQUIPAMENTO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FAMÍLIAS DO CADÚNICO EM SITUAÇÃO DE POBREZA (RENDIMENTO MENSAL DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA)	
2	CADÚNICO	TAXA DE ACOMPANHAMENTO DE FREQUÊNCIA ESCOLAR - TAFE	ACOMPANHAR FREQUÊNCIA DOS ESTUDANTES INTEGRANTES DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF	
3	CADÚNICO	TAXA DE ACOMPANHAMENTO DE ATENDIMENTO À SAÚDE - TAAS	ACOMPANHAR ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA SAÚDE ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF	
4	CADÚNICO	TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	ACOMPANHAR ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DAS FAMÍLIAS QUE POSSUEM O RENDIMENTO MENSAL DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA E VERIFICAR SE A FAMÍLIA CADASTRADA PERTENCE AO PÚBLICO ALVO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	

5	CRAS	PERCENTUAL DE COBERTURA PROFISSIONAL (MÉDIO E SUPERIOR)	ANALISAR A DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS DE NIVEIS MÉDIO E SUPERIOR DAS UNIDADES CRAS, IDENTIFICANDO ÁREAS COM MAIOR E MENOR COBERTURA POR ESSES PROFISSIONAIS.
6	CRAS	PERCENTUAL DE COBERTURA PROFISSIONAL(SUPERIOR)	ANALISAR A DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR DAS UNIDADES CRAS, IDENTIFICANDO ÁREAS COM MAIOR E MENOR COBERTURA POR ESSES PROFISSIONAIS.
7	CRAS	PERCENTUAL DE COBERTURA PROFISSIONAL (ASSISTENTE SOCIAL)	ANALISAR A DISPONIBILIDADE DE ASSISTENTES SOCIAIS DAS UNIDADES CRAS, IDENTIFICANDO ÁREAS COM MAIOR E MENOR COBERTURA POR ESSES PROFISSIONAIS.
8	CRAS	PERCENTUAL DE COBERTURA PROFISSIONAL (PSICÓLOGO)	ANALISAR A DISPONIBILIDADE DE PSICÓLOGOS DAS UNIDADES CRAS, IDENTIFICANDO ÁREAS COM MAIOR E MENOR COBERTURA POR ESSES PROFISSIONAIS.
9	CRAS	NÚMERO DE ATENDIMENTOS PARTICULARIZADOS	REFLETIR A MÉDIA DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES CRAS E FORNECER ESTIMATIVA DA SUFICIÊNCIA DA OFERTA TOTAL DE ATENDIMENTOS SOCIAIS, DIANTE DEMANDA POTENCIAL DA POPULAÇÃO REFERENCIADA.
10	CRAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO PELO PAIF	ANALISAR O QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PAIF NO MÊS DE REFERÊNCIA
11	CRAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS INSERIDAS NO PAIF	ANALISAR O QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS INSERIDAS NO PAIF NO MÊS DE REFERÊNCIA
12	CRAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS PARTICIPANTES DOS GRUPOS DO PAIF	ANALISAR O QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS PARTICIPANTES NOS GRUPOS DO PAIF NO MÊS DE REFERÊNCIA
13	CRAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS (PAIF) PELA EQUIPE TÉCNICA	REFLETIR A MÉDIA DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES CRAS REALIZADOS PELA EQUIPE TÉCNICA (PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS). FORNECER ESTIMATIVA DA SUFICIÊNCIA DA OFERTA TOTAL DE ATENDIMENTOS SOCIAIS, DIANTE DEMANDA POTENCIAL DA POPULAÇÃO REFERENCIADA.
14	CRAS	PERCENTUAL DE VISITAS DOMICILIARES REALIZADAS	MONITORAR A PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE VISITAS DOMICILIARES NO MÊS DE REFERÊNCIA
15	CRAS	NÚMERO PESSOAS EM ATIVIDADES NÃO CONTINUADAS	AVALIAR A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM EVENTOS, OFICINAS, PALESTRAS E CURSOS PROMOVIDOS PELA UNIDADE CRAS
16	CRAS	OFERTA DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO	VERIFICAR SE HÁ OFERTA DO SERVIÇO DIRETA DO CRAS OU POR MEIO DE UNIDADES A ELE REFERENCIADAS EM, NO MÍNIMO TRÊS CICLOS DE VIDA
17	CRAS	OFERTA DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO	VERIFICAR SE HÁ OFERTA DO SERVIÇO DIRETA DO CRAS OU POR MEIO DE UNIDADES A ELE REFERENCIADAS, PARA O PÚBLICO PRIORITÁRIO

Fonte: Elaboração própria com base nas apresentações do Programa Juntos Pelo Social.

Ainda em conformidade com os estudos de JANUZZI 2005, os indicadores de processo traduz em medidas quantitativas o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros para a obtenção de melhorias efetivas, a exemplo, o autor sugere o número de consultas pediátricas por mês. Ao analisar os indicadores propostos pelo programa é possível verificar que ora se classificam enquanto indicadores de resultado, ora enquanto indicadores de processo, bem como em alguns casos não se adequa a nenhuma das classificações anteriores.

JANUZZI 2005 afirma que os indicadores sociais são essenciais, pois possibilitam o monitoramento de fatores de bem-estar como as condições de vida da população usuária das políticas públicas, bem como permitem o aprofundamento nos estudos que envolvam as dinâmicas da realidade social transformando os conceitos usados no objetivo geral, objetivos específicos, resultados (sentido amplo) e atividades em parâmetros concretos e mensuráveis. Dessa forma,

No campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas

teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANUZZI Apud MILES, 2005, pág. 138).

Considerando a elaboração de indicadores sociais e da utilização da metodologia de gestão por resultados, observa-se em conformidade com os estudos de Boschetti 2009 que as críticas dos autores centra-se na utilização da avaliação enquanto processo tecnicista e neutro que desconsiderem do processo as funções do Estado e da própria sociedade na condução da política pública e social. Ainda para no processo de monitoramento e avaliação é essencial à compreensão do papel do Estado e seus direcionamentos políticos no planejamento e condução das políticas públicas.

Outro ponto que merece destaque nos indicadores elencados diz respeito à coleta de dados e a elaboração de instrumental que permita tal ação. Sendo utilizado enquanto fontes o Ministério da Cidadania e o Registro Mensal de Atividades – RMA limitando as fontes de coleta.

A inovação ousada do Programa Juntos pelo Social, apesar das fragilidades e desafios encontrados, está na elaboração e sistematização dos dados produzidos pelos profissionais do SUAS na Política de Assistência Social quando nem em âmbito estatal e federal existem indicadores de referência que abarquem a complexidade das demandas atendidas pelos equipamentos demonstrando ainda que de forma precária a necessidade desta modalidade de proteção social em uma conjuntura de focalização, cortes e contingenciamento de recurso.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca de planejamento e avaliação de políticas sociais, proporcionado pelos autores consultados, demonstra que não há a possibilidade de neutralidade nos processos avaliativos, uma vez que as abordagens teóricas e políticas que estruturam e permeiam a metodologia avaliativa utilizada estão imbricadas pela histórica e contraditória relação entre Estado e sociedade civil no capitalismo.

A avaliação de resultados proposta pelo Programa Juntos pelo Social apesar de incipiente carrega discussões para além do ponto de vista dos modelos, tipos, formas, técnicas e procedimentos avaliativos, apresentando de forma tímida algumas dimensões, significados, abrangências, funções, efeitos, dos serviços e benefícios ofertados pela política de assistência social em uma perspectiva efetividade na continuidade das ações aos usuários com seus direitos violados que recorre a Assistência Social para satisfazer suas demandas histórica e socialmente produzidas, pois “trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças” (YASBEK, 2004).

Nesse contexto certifica-se de que a avaliação deve nortear o processo de estudo sistemático da Política de Assistência Social, especialmente, nos espaços de programas, serviços, projetos que atendam diretamente aos usuários, de modo a romper com práticas messiânicas e caritativas no bojo da atuação profissional. Entende-se que as avaliações de serviços e projetos na área de assistência devem ser uma constante, seja dentro dos próprios programas, seja através de outras instituições, posto que o avanço destes depende da capacidade de identificar o que precisa mudar, onde precisa melhorar, e quais os aspectos que precisam ser levados em consideração nesse processo.

Desta forma, ao evidenciar fragilidades e potencialidades dos serviços espera-se a qualificação nas ações ofertadas propiciando impactos evidentes e significativos no processo de fortalecimento do SUAS, bem como na qualidade dos serviços de assistência ofertados a todos os usuários atendidos pelo PAIF/CRAS em Jaboaão dos Guararapes.

VI. REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

ANDRADE, M. D. O Programa Saúde da Família em Fortaleza: avaliação sob a ótica dos profissionais, usuários e conselheiros. Fortaleza, 2005, 138p. Dissertação (**Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade**) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. RICO, Elizabeth Melo. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo N. **Avaliação Participativa de Programas Sociais**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, PORTARIA No- 329, DE 11 DE OUTUBRO DE 2006 DOU 12-10-2006 Institui e regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro20567/documento%201.pdf>. Acesso em 04.06.2019.

CARVALHO, Sonia Nahas de. **Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, jul./dez. 2003.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 3ªed. Vozes, Petrópolis- RJ 1999.

DIEESE. **Planejamento estratégico situacional**. 1ª ed., 1ª reimp. -- Brasília/DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014. 42 p. -- (Formação de Dirigentes Sindicais, Eixo 3, Fascículo 1)

DRAIBE, S.M. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas**. In: BARREIRA, M.C.R.N.; CARVALHO, M.C.B. (orgs) Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público Brasília n. 56 (2): 137-160 Abr/Jun, 2005.

NOGUEIRA, V.M.; MIOTO, R.C.T. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. 2006. Disponível em:< http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-6.pdf>. Acesso em 05 de Junho de 2019.

REIS, Liliane G. da Costa. **Avaliação De Projetos Como Instrumento De Gestão**. In Workshop Avaliação E Indicadores De Projetos Sociais, ENAP, 2001. Disponível em:< http://antigo.ena.gov.br/downloads/ec43ea4fAvaliacao_de_projeos_como_instrumento_de_gest_ao.pdf>. Acesso em 05 de Junho de 2019.

TEIXEIRA, José Manoel de Camargo; et. al. **Planejamento estratégico e operacional em saúde**. In: GONÇALVES, Ernesto Lima. Gestão Hospitalar: administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2009.